

Definição de estilo: Título 2

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Angola Projecto de Apoio à Protecção Social de Base Projecto No. P169779

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI¹)

¹ SEP em inglês

Stakeholder Engagement Plan (SEP)

Formatou: Português (Portugal)

~~21 maio 2019~~ 09 Maio 2022

REPÚBLICA DE ANGOLA
ANGOLA SOCIAL SAFETY NETS

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS– Versão 1

Índice

1. Introdução	54
2. Descrição do Projecto.....	64
2.1 Localização.....	64
2.2 Componentes do Projecto	75
3. Identificação e análise das partes envolvidas	86
3.1. Partes Afectadas	97
3.2. Grupos ou indivíduos vulneráveis	108
3.3. Sumário das necessidades dos stakeholders do projecto	108
Tabela 3 – Necessidades dos stakeholders	118
4. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholder).....	119
4.1 Métodos de Envolvimento.....	119
4.2. Proposta de estratégia para divulgação de informação.....	129
4.3. Estratégia proposta para consulta.....	1311
4.4. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis.....	1412
4.5. Linha do tempo	1512
4.6 Futuras Fases do Projecto	1513
5. Recursos e Responsabilidades para implementar as actividades de envolvimento das partes interessadas.....	1613
5.1. Recursos	1613
5.2. Gestão de funções e responsabilidades.....	1614
6. Mecanismo de Resolução de Queixas/Reclamações (GRM).....	1714
6.1 Passo 1 – Receber e registar a reclamação	1714

6.2 Passo 2 - Reconhecer, avaliar e atribuir.....	1715
6.3 Passo 3 – Desenvolver uma resposta proposta.....	1715
6.4 Passo 4 - Comunicar a resposta proposta ao reclamante e buscar um acordo sobre a resposta.....	1715
6.5 S Passo 5 - Implementar a resposta para resolver a queixa.....	1715
6.6 Passo 6 - Rever a resposta se não for bem-sucedida.....	1815
6.7 Passo 7 - Fechar ou encaminhar a reclamação.....	1815
7. Monitorização e Relatórios.....	1816
7.1. Envolvimento de stakeholders nas actividades de monitorização.....	1816
7.2. Reportando de volta às partes interessadas.....	1816
Anexo 1 - Stakeholders Institucionais Identificados.....	1917
Anexo 2 – Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP).....	2422

1. Introdução

Angola está a desenvolver um novo modelo de crescimento, uma vez que o actual, baseado na riqueza do petróleo, atingiu os seus limites na redução da pobreza e na prosperidade partilhada. Um dos principais desafios que o país enfrenta no desenvolvimento deste modelo de crescimento mais inclusivo é proteger os pobres e vulneráveis, apoiando a diversificação económica. O Governo começou a reformar o contrato social, mudando os subsídios universais para um sistema de rede de segurança direccionado à pobreza, que apoiaria famílias pobres na gestão de choques e no fortalecimento de seus investimentos em capital humano e produtivo. Os objetivos do projecto proposto são fortalecer a capacidade de gestão dos riscos agregados familiares pobres em áreas seleccionadas, incluindo as que forem afetadas pela reforma dos subsídios, enquanto fortalecerem os mecanismos de entrega para o desenvolvimento de um sistema permanente de rede de segurança social (SSN).

O Projecto é coordenado por uma comissão multisectorial coordenada pela Ministra de Estado para a Acção Social da Presidência da República coadjuvada pelos Ministros da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território. As instituições/agências implementadoras deste projecto é o Instituto de Desenvolvimento Local FAS (IDL-FAS) são o Ministério da Acção Social, da Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) e o Fundo de Acção Social (FAS). O projecto será implementado durante um período de 4 anos (2019-2023) prevendo-se que o mesmo se estenda por mais dois anos (2019-2025). O custo total do projecto é estimado em US \$ 320 milhões e a instituição mutuária é o Ministério das Finanças.

A implementação do Projecto SSN (?) de Angola poderá resultar em impactos ambientais e sociais, daí a necessidade de preparação de medidas de mitigação e gestão dos mesmos. No quadro do desenho inicial do Projecto foi realizado um processo de consulta às Partes potencialmente interessadas e afectadas pelo Projecto. Tendo em conta a necessidade de reestruturação do Projecto e a correspondente revisão dos documentos de salvaguardas sociais e ambientais, decorreu no mês de Maio de 2022 um processo de A preparação de planos ambientais e sociais requer que consulta às partes interessadas e afetadas (partes interessadas) com vista a sejam adequadamente consultadas para garantir que suas opiniões e preocupações sejam integradas e abordadas pelo Projecto.

Formatou: Realce

Este Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEPPEP) apresenta o processo planejado de consulta e envolvimento das partes interessadas para o Projecto. Ele descreve uma abordagem sistemática para o engajamento de partes interessadas que ajudará o Projecto SSN a desenvolver e manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas ao longo da duração do Projecto. O documento também inclui um esboço de um mecanismo de reparação de reclamações (GRM) para que as partes interessadas levantem preocupações

sobre o Projecto. Este SEPPEPI foi produzido de acordo com a nova Estrutura de Normas Ambientais e Sociais (ESF) do Banco Mundial.

Comentários a este SEP ou sobre o Projecto podem ser encaminhados a:

Centro de Contactos do MASFAMU: http://www.masfamu.gov.ao/CentroContactos.aspx Direcção Nacional de Acção Social, Dra. <u>Fátima Cabral Teresa Luís José Fernandes</u> Avenida HojyaHenda nº 177, Luanda-Angola	FAS: Director <u>Santinho Figueira Belarmino Jelembi</u> <u>fas_direcao@fas.co.ao</u> <u>belarmino.jelembi@fas.co.ao</u> <u>+244 222 024 760 / 222 025 464</u> Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda
---	---

Comentado [HF1]: Será que ainda temos números de telefone institucionais?

Formatou: Cor do tipo de letra: Automática

2. Descrição do Projecto

2.1 Localização

A focalização geográfica concentrar-se-ia nos 40161 municípios rurais e urbanos que concentram o maior número de famílias urbanas cujos agregados familiares estão nos dois quintis inferiores (entre os 40 por cento mais pobres) e nas capitais provinciais. No geral, os agregados familiares beneficiários seriam distribuídos de forma igualitária entre as áreas rurais e urbanas destes municípios.

O projecto planeado (Projecto SSN) é uma iniciativa financiada pelo Banco Mundial que será implementada em todas as províncias de Angola, com uma população-alvo estimada em cerca de um milhão seiscentos e oito mil de agregados familiares. A classificação de Risco Ambiental e Social do projecto indica que o projecto é de meio risco. A maioria dos riscos identificados nesta etapa estão no âmbito social. Embora se espere que os benefícios sociais globais do projecto sejam positivos, os riscos sociais identificados nesta etapa estão relacionados com temas como a desigualdade de género e não-discriminação, inclusão social, exploração e abuso sexual, violência baseada no género, e inclusão culturalmente apropriada de grupos étnicos vulneráveis.

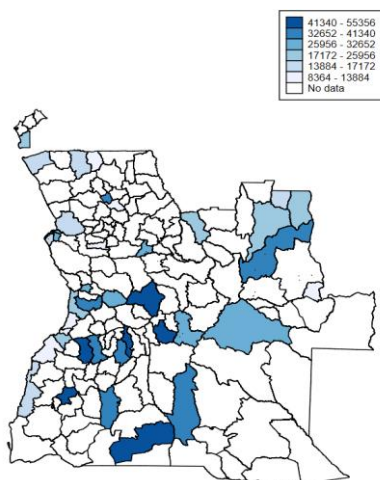
Formatou: Realce

Municípios alvo e número total de famílias beneficiárias (urbanas e rurais)

Comentado [HF2]: Necessidade de rever

Formatou: Realce

Formatou: Realce



2.2 Componentes do Projecto

O Projecto SSN será composto por três componentes, conforme resumido abaixo:

Tabela 1 – Componentes do projecto.

Componente	Sub-componentes chave
Componente 1: Programa de transferências monetárias para famílias pobres	Esta componente está dividido em sub-componentes: (1A) Mecanismos Chave para a Implementação de um programa de transferências monetárias, (1B) Program de TR. O objectivo desta componente é projetar e implementar os sistemas para um programa temporário de transferência monetária que visa mitigar o impacto da reforma de subsídios em populações pobres, com o objetivo de atingir um milhão de agregados familiares.
Componente 2: Desenvolvimento de um sistema permanente de redes básicas de segurança	As duas sub-componentes desta componente incluem: (i) Estratégia de comunicação para a reforma de subsídios e os programas de assistência social, e(ii) Apoio ao estabelecimento de um sistema efetivo de assistência social, apoiando investimentos em capital produtivo e humano.
Componente 3: Gestão de projectos	Esta componente apoiaria o estabelecimento de uma unidade de apoio à execução dedicada para apoiar a FAS e o MASFAMU na implementação do projecto (ver abaixo) e a capacitação do pessoal-chave das instituições envolvidas na implementação.

O projecto SSN está em ~~preparação~~ reestruturação e espera-se que seja aprovado pelo Banco Mundial ~~em 27 de junho de 2019~~ em Junho de 2022. Portanto, espera-se que o projecto seja implementado durante um período de 6 a 4 anos (2019-20235). O rascunho do Plano de Compromisso Social e Ambiental (ESCP) e este Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) ~~foram estão sendo~~ desenvolvidos na fase inicial do projecto e antes da avaliação, devendo no âmbito da sua reestruturação, ser revistos, para estabelecer um resumo das medidas e ações materiais que incorporem as , bem como assegurar que as opiniões, preocupações e interesses de todas as partes interessadas, incluindo as das comunidades locais no que se refere às alterações propostas, e que estas são levadas em consideração na continuidade da durante a implementação do Projecto.

Os drafts dos dois instrumentos (ESCP e SEP) devem ser apresentados em finais de no início de Maio de 202219. As consultas das partes interessadas institucionais em Luanda serão realizadas de 20 a 24 de Maio de 2019 será realizada no período de 16 a 31 de Maio de 2022. As consultas visam recolher informações de tais partes interessadas, incluindo preocupações e sugestões sobre as alterações propostas ~~vários aspectos do Projecto~~, a fim de concluir o SEP antes da análise e aprovação do Projecto pelo Conselho Diretor do Banco Mundial.

Os ~~drafts dos~~ documentos de salvaguardas ambientais e sociais foram revistos e estão prontos:

- (i) Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF),
- (ii) Quadro de Planeamento para Grupos Vulneráveis (VGPF);
- (iii) Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP); e
- (iv) Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (LMP) se for preciso;
- (v) Avaliação de Risco de Violência Baseada no Género e Plano de Acção (GBVRA);

3. Identificação e análise das partes envolvidas

O projecto afetará, provavelmente, um grande número de pessoas, cerca de um milhão de agregados familiares (aproximadamente 5 milhões de pessoas) e mais de 40% da população nos dois quintis mais pobres. A tabela abaixo identifica as principais partes interessadas e o seu nível de participação e influência no projecto. Esta tabela será atualizada durante a implementação do Projecto para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída.

Tabela 2 – Grupos de *stakeholders* a serem consultados

As partes interessadas podem ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<u>Assembleia Nacional</u>	<u>Comissão pterministerial, coordenada pela Ministra de Estado para a Área Social, coadjuvada pelos Ministros da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território</u>	<u>Ministra de Estado para a Área Social da Presidência da República</u>
População e sociedade civil em geral		
Beneficiários e não beneficiários em municípios selecionados	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU),	Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério da Comunicação Social
Grupos sociais vulneráveis (por exemplo, idosos,		Ministério da Acção

Comentado [HF3]: Provavelmente não se pode alterar esse dado.

Formatou: Realce

Tabela Formatada

Formatou: Realce

Formatou: Tipo de letra: (predefinido) Calibri Light, 9 pt

As partes interessadas podem ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<p>peçoas com deficiências, crianças, peçoas analfabetas, autóctones incluindo, mas não se limitando aos Khoisan)</p> <p>Ministérios envolvidos na reforma de subsídios: Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério da Comunicação Social, Ministério da Energia e Águas (MINEA), Ministério dos Transportes (MINTRANS), Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos (MIREMPET)</p> <p>Governos Provinciais e Administrações locais</p> <p>Bancos comerciais/Agências de Pagamento/Correspondentes Bancários envolvidos ou não em pagamentos a beneficiários</p> <p>Organizações não-governamentais (ONGs), Organizações Comunitárias de Base (OCBs), igrejas operando em nível local, regional, nacional e internacional</p> <p>Meios de comunicação</p>	<p>Ministério da Administração do Território (MAT)/IDL-FAS e os suas representações provinciais</p> <p>Municípios, comissões de moradores, lideranças tradicionais, ONG's, OCB's</p> <p>Unidade de Apoio à implementação de Projecto (UAIP)</p> <p>ADECOS</p> <p>Agências de cadastramento</p> <p>Bancos Comerciais/ Agências de Pagamento/Correspondentes Bancários</p> <p>Estagiários de instituições de ensino superior</p>	<p>Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Ministério da Administração do Território (MAT)/FAS e a Unidade de Apoio à Implementação de Projecto (UAIP)</p> <p>Governos Provinciais e Administrações e locais</p> <p>Meios de comunicação</p> <p>Sociedade Civil</p> <p>Academia</p> <p>Igrejas, lideranças tradicionais</p> <p>Fazedores de opinião</p>

Tabela Formatada

Comentado [HF4]: Qual é o termo mais adequado ?

Formatou: Realce

3.1. Partes Afectadas

As partes interessadas do projecto SSN são descritas abaixo. Uma lista mais detalhada de partes interessadas está incluída no Anexo 1.

3.1.1 Stakeholders Institucionais

As partes interessadas institucionais do projecto são principalmente as seguintes: Secretário para os Ministros de Estado para os Assuntos Económicos e Sociais do Presidente da República, Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Ministério da Administração do Território (MAT)/FAS/DL-FAS: Unidade de Apoio à Implementação de Projecto (UAIP).

Comentado [HF5]: Não será da Presidência da República?

Estão incluídas outras agências governamentais envolvidas no sector social e na reforma do subsídio aos preços da energia e águas, transporte e combustíveis.

Comentado [HF6]: Qual será a nova redacção??

3.1.2 Governo Local

Os governos provinciais, as administrações municipais, comunais e distritais e as comissões de moradores que têm seus próprios poderes executivo, legislativo e judiciário. Os municípios governam no nível da aldeia e são importantes interessados no Projecto. Além disso, a liderança tradicional das aldeias ainda é geralmente respeitada e relevante na vida local e nas discussões e tomadas de decisão sobre questões locais, fundamentalmente de âmbito comunitário.

3.1.3 Organizações Não-Governamentais (ONG)

A participação de organizações não-governamentais (ONGs) locais, nacionais e internacionais será importante para a implementação do SEP ao longo do ciclo de vida do Projecto. Estes podem incluir organizações que trabalham diretamente nos setores de proteção social, saúde, educação, bem como outros setores relacionados. Além há ONGs em Angola que trabalham especificamente com os Khoisan e outros grupos étnicos vulneráveis. Seu envolvimento como participantes do projecto será fundamental para apoio em atividades complementares ao projecto.

3.2. Grupos ou indivíduos vulneráveis

Grupos sociais vulneráveis podem incluir idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, bem como comunidades locais tradicionalmente carentes, como os Khoisan no sul de Angola. Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos à participação em reuniões de consulta pública; mesmo que participem de reuniões comunitárias, eles podem não entender os impactos do projecto apresentados devido a barreiras de idioma (ou se sentir inibidos devido a seu status na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressar livremente suas preocupações e interesses sobre o projecto.

Algumas pessoas, notavelmente pessoas com baixos níveis de alfabetização, não conseguem se comunicar facilmente em idiomas oficiais (português). Assim, eles podem precisar ser consultados em idiomas locais. O SEP deve levar em conta e abordar essas limitações identificadas, de modo a assegurar que todas as partes interessadas, particularmente as pessoas afetadas pelo projecto, sejam incluídas e apoiadas para superar as limitações que enfrentam e participar do processo de consulta.

3.3. Sumário das necessidades das partes interessadas do projecto

As necessidades das partes interessadas serão discutidas durante as consultas, e a lista abaixo será atualizada após essas discussões. As entradas relacionadas às necessidades das partes interessadas serão inseridas na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Necessidades dos partes interessadas

Comunidade	Grupo de partes interessadas	Características chave	Necessidades de línguas	Meios de notificação preferidos	Necessidades específicas
Aldeias rurais	Membros da comunidade que não sejam fluentes na língua Portuguesa	Aproximadamente um quarto da população adulta de Angola não lê e não escreve, e muitos cidadãos falam apenas línguas locais	Uso de línguas locais - pode variar de uma aldeia para outra	Rede comunitária e rádio	Reuniões à tarde realizadas com a comunidade (as manhãs são geralmente reservadas para atividades agrícolas)
Khoisan e outras comunidades autóctones ou desfavorecidas	Membros da comunidade - normalmente não fluentes em idioma oficial nacional (português)	Cultura e língua distintas, frequentemente marginalizadas pela Sociedade	Idiomas locais, variando de um grupo para outro	Meios culturalmente apropriados de notificação - provavelmente através de um intérprete comunitário e liderança tradicional	Práticas culturais distintas implicam necessidades específicas - a serem identificadas no VGPF

4. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholder)

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (*Stakeholder Engagement Plan*, SEP) apoiará o Quadro Ambiental e Social (ESF), a concepção de instrumentos e informará o envolvimento das partes interessadas durante o período de implementação do projecto. As reuniões planeadas de consulta às partes interessadas que ocorrerão durante a preparação do projecto em 2019, [bem como as realizadas no âmbito da implementação e especificamente para a reestruturação do Projecto](#) produzirão uma série de recomendações e medidas que serão incorporadas a este documento.

O SEP apresentado no Anexo 2 deve ser revisado e atualizado durante todo o ciclo de vida do Projecto. Durante esse processo, o foco e o escopo do SEP podem mudar para refletir os vários estágios da implementação do projecto e abranger quaisquer mudanças no projecto.

4.1 Métodos de Envolvimento

Diferentes métodos de envolvimento são propostos e cobrem diferentes necessidades das partes interessadas, conforme descrito.

- 1) **Agenda Estruturada** - Esta agenda é preparada com base no componente do projecto em consulta e no estágio de sua implementação. O uso de uma agenda focada garantirá que os principais itens estratégicos e de risco possam ser discutidos com os tomadores de decisão e influenciadores, ~~em~~ um esforço para mitigar os riscos de forma proativa.

- 2) **Reuniões de Grupos Focais (Focus Group)** - O objetivo de um grupo focal é reunir as partes interessadas com os mesmos interesses ou características comuns em uma reunião para discutir tópicos específicos de maneira focada. Por exemplo, métodos de grupos focais podem ser usados para explorar questões que são relevantes para grupos ou subgrupos específicos de uma comunidade - como jovens, idosos, mulheres e assim por diante.
- 3) **Forum** - Um fórum é estabelecido com objetivos específicos e seria composto por um grupo específico de partes interessadas que precisaria garantir que as ações sejam tomadas e monitorizadas.
- 4) **Consultas com as comunidades** - Essas consultas são focadas para identificar e discutir as preocupações das partes interessadas e divulgar as informações do projecto. Tais consultas devem, sempre que possível, fazer uso de intérpretes e tradução para os idiomas locais, a fim de alcançar uma ampla gama de grupos e indivíduos dentro das comunidades. A participação de homens e mulheres deve ser incentivada.

4.2. Proposta de estratégia para divulgação de informação

4.2.1 Mensagens chave

Mensagens-chave precisarão ser desenvolvidas à medida que cada componente é preparado com mais detalhe durante a implementação. A seguir apresentam-se mensagens-chave relevantes para os diferentes componentes do Projecto e para informar as partes interessadas do projecto sobre a atividade planeada durante todo o ciclo do projecto.

- O que é o Projecto SSN? Ser informado sobre o projecto.
- Quais são as componentes do Projecto SSN?
- Como as pessoas podem se cadastrar e receber os benefícios do projecto?
- Fazer parte do planeamento do Projecto SSN - participar das consultas do Projecto.
- Apresentar e discutir impactos ambientais e sociais durante as diferentes fases do projecto e as respectivas medidas de mitigação.
- O apoio da comunidade durante a implementação do projecto é importante.
- Oportunidades de trabalho do projecto serão anunciadas pelo Empreiteiro ou a UAIP

4.2.2 Formato da informação e método de divulgação

O projecto combinará diferentes métodos de disseminação de informações. Ele usará métodos de comunicação escritos e visuais, bem como meios de comunicação como anúncios de rádio e televisão e outros.

4.2.2 Comunicação Escrita e Visual:

- **Sumário Executivo** – Um resumo não técnico apresentará as informações do projecto de forma concisa, sem usar linguagem técnica.
- **Quadros de aviso** - Quadros de avisos podem funcionar bem em comunidades rurais e peri-urbanas e envolvem a disseminação de informação por meio de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho. Este é um bom método para disseminar informações relacionadas ao tempo e duração das atividades, próximas reuniões, relatórios de progresso e outras informações.
- **Cartas** – Pode ser usado para transmitir mensagens muito específicas. Alternativamente, isso é usado como um método formal para solicitar informações e convidar as partes interessadas a participar de eventos de consulta.

- **Emails** - Amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONGs e outros actores institucionais. Compartilhamento de informações, solicitação de informações de especialistas sobre questões de salvaguardas e divulgação de documentos de normas ambientais e sociais directamente aos principais interessados podem ser feitos de forma eficaz por e-mail. Além disso, a comunicação por email fornece acesso directo às partes interessadas ao organizar reuniões.
- **Jornais** - Os jornais geralmente são adequados para anúncios formais ou para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas. É importante que o conteúdo da mensagem seja cuidadosamente compilado, pois esse é um meio de comunicação unidirecional e pode rapidamente causar mal-entendidos ou confusão, se não for claramente escrito. O projecto divulgará informações importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta) via **Jornal de Angola** e **Ango Notícias**, que são considerados os jornais nacionais mais populares em Angola.

4.2.3 Comunicação social

- Os principais componentes da comunicação social incluem rádio e televisão. O rádio e a televisão são bons meios para estimular a conscientização e preparar as partes interessadas para que eventos maiores ou comunicação refinada ocorram. Útil para alertar o público sobre reuniões comunitárias planejadas. A fim de divulgar informações, o projecto usará os seguintes veículos de disseminação da informação:
 - **Radio Nacional de Angola - Canal A - FM 96.5 - Luanda**
 - **TPA1 e TP2 – Televisão Pública de Angola**

4.2.4 Outros

- Telefone - O uso do telefone / celular ainda é considerado o método preferido de comunicação por causa da acessibilidade e velocidade. Ter uma discussão por telefone para garantir o entendimento mútuo entre as duas partes é mais rápido e fácil comparado ao envio de um e-mail e à espera de respostas. Isso requer compilações de banco de dados anteriores com contatos de partes interessadas relevantes.

4.3. Estratégia proposta para consulta

Um amplo processo de consulta requer o uso e a combinação de diferentes métodos, levando em conta as características do público-alvo. Os métodos de consulta para o Projecto são apresentados na tabela abaixo.

Tabela4 – Estratégia para consulta das partes interessadas

Estádio do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes interessadas alvo	Responsabilidades
----------------------------	-------------------------------	---------------------	--	---------------------------------	--------------------------

Estádio do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes interessadas alvo	Responsabilidades
Fase inicial do projecto	Elaboração e divulgação de documentos ambientais e sociais	Entrevistas / inquéritos face-a-face e recenseamento Discussões de grupos focais e reuniões de consulta pública	A definir pela UAIP à medida que documentos ambientais e sociais diferentes são elaborados e discutidos com diferentes partes interessadas	Agências governamentais, ONGs, sociedade civil e setores privados	MASFAMU, FAS, UAIP e Oficial de gestão de riscos Sociais
Transferências monetárias: Registro, inscrição e pagamentos aos beneficiários.	Disseminação da informação, percepção dos processos e atividades complementares.	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social	A definir pela UAIP	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, cadastro e agência de pagamentos, ONGs	MASFAMU, FAS, agência de cadastramento, de comunicação, médios de comunicação
Desenvolvimento de um sistema eficaz de redes básicas de segurança: Inclusão produtiva S e capital humano.	Disseminação da informação, percepção dos processos e atividades complementares.	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social	A ser definido pelo UAIP	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, cadastro e agência de pagamentos, ONGs	MASFAMU, FAS, agência de comunicação, médios de comunicação

4.4. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Um dos objetivos de um SEP é identificar pessoas ou comunidades que são ou poderiam ser afetadas pelo Projecto em Angola (incluindo grupos vulneráveis), bem como outras partes interessadas e garantir que tais partes interessadas estejam apropriadamente engajadas em questões ambientais e sociais. que poderia afetá-los, através de um processo de divulgação de informações e discussão significativa; e manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas em uma base contínua através de um engajamento significativo durante a implementação do projecto.

Pessoas vulneráveis (idosos, deficientes, e doentes crónicos, etc.) precisam ser identificadas ao longo do projecto e implementação do projecto, para que suas limitações (físicas e mentais) sejam mapeadas e sejam tomadas medidas apropriadas para garantir que elas terá oportunidades iguais para expor as suas preocupações e opiniões sobre o Projecto.

Para lidar com as limitações físicas das pessoas, o projecto disponibilizará o transporte das residências para os locais de consulta. Além disso, os locais das reuniões serão selecionados para garantir o acesso universal das pessoas com deficiência. A equipe de gestão do Projecto (PIU) irá providenciar para garantir que crianças, idosos e pessoas doentes sejam bem representadas por seus pais / familiares.

Serão organizadas reuniões individualizadas, sempre que possível, com pessoas vulneráveis para garantir que os benefícios do projecto também se acumulem para elas. O Projecto incentivará as pessoas vulneráveis a apresentar queixas e se comprometerá a fornecer respostas oportunas aos reclamantes. As pessoas vulneráveis serão informadas com antecedência sobre o GRM existente para que possam ter acesso sempre que necessário

4.5. Linha do tempo

O Projecto de protecção social será implementado entre meados de 2019 e meados de 2023. Os planos de Gestão Ambiental e Social e outros documentos serão preparados e aprovados até o final de Maio de 2019. As consultas com as partes interessadas serão realizadas durante a preparação do projecto e continuarão durante a fase de implementação do projecto a medida que o programa de transferências se expande, para responder às atualizações nos documentos de gestão, impactos decorrentes da implementação. Há uma necessidade de envolver as partes interessadas para rever e comentar os planos conforme eles são projetados para mitigar os impactos negativos do projecto e garantir a ampliação dos benefícios do projecto para as pessoas afetadas.

Dentro de duas semanas após a conclusão de um processo de consulta, o Projecto garantirá que todos os comentários sejam integrados em um relatório e que as versões atualizadas / finais dos planos sejam compartilhadas com as partes interessadas do projecto, particularmente as pessoas afetadas. Sessões de divulgação de informações e entrega das versões atualizadas / finais dos relatórios são os dois principais meios de divulgação eleitos. As informações serão carregadas nos sites anunciados e as versões impressas dos documentos finais serão disponibilizadas em locais públicos facilmente acessíveis (por exemplo, bibliotecas comunitárias, escolas, centros de saúde e / ou escritórios do governo local).

Sempre que o comentário de uma parte interessada for considerado no documento final, uma explicação será dada (oralmente ou por escrito) e documentada no relatório para o processo de consulta / ata da reunião, conforme apropriado.

4.6 Futuras Fases do Projecto

O Projecto implementará um sistema de relatórios que permitirá a recolha de informação, análise e divulgação do Projecto para pessoas interessadas / afetadas. Relatórios mensais sobre o ESMF mostrarão como as questões ambientais e sociais estão sendo tratadas e quais são os principais desafios enfrentados. A implementação do SEP também será monitorada por relatórios mensais produzidos pela UAIP. Isso incluirá monitoramento e relatórios de GRM. A UAIP preparará e compartilhará com as partes interessadas um relatório anual mostrando o nível de implementação de diferentes indicadores.

A PIU também convidará um número limitado e representativo de partes interessadas para uma reunião anual para avaliar o progresso do projecto, avaliar desafios e planejar ações futuras.

5. Recursos e Responsabilidades para implementar as actividades de envolvimento das partes interessadas

5.1. Recursos

O envolvimento das partes interessadas requer recursos adequados a serem realizados. Um total estimado de 205,000 USD por ano será necessário para a implementação das atividades do SEP (ver Tabela 5, abaixo). O orçamento abaixo não inclui os salários do pessoal designado e está sujeito a revisão e ajuste com base nas necessidades de consulta identificadas durante a implementação.

Tabela 5 – Orçamento anual estimado do SEP

No.	Activities chave	Qtde.	Unit	Orçamento total (USD)
1	Anúncios nos jornais/radio/TV	30	Anúncios	15,000.00
2	Reuniões de consulta (eventos, impressão, notebooks, refrescos, etc.)	30	Reuniões	150,000.00
3	Transporte	Montante fixo		20,000.00
4	Contingências	Montante fixo		20,000.00
5	Total			205,000.00

5.2. Gestão de funções e responsabilidades

A implementação bem-sucedida do SEP requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gerenciamento. A AUIP será considerada responsável pela implementação do envolvimento das partes interessadas para o Projecto. Dentro da equipe da AUIP, um responsável pelas normas sociais terá a responsabilidade de coordenar as atividades da SEP. Perguntas / comentários sobre o Projecto devem ser encaminhados para os contatos indicados abaixo.

Tabela 6 – Equipa de Gestão do SEP

No.	Pessoa de Contacto	Morada	Contactos:
1	Director de Projecto / Unidade de Apoio á Implementação do Projecto (PIU)	FAS Director Santinho Figueira Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda	Tel:+244 222 024 760 / 222 025 461 Email: fas_direcao@fas.co.ao
2	Oficial de Normas Sociais	FAS ----- No. ---- A ser contratado	
3	Especialista em Monitoramento e Avaliação	FAS A ser contratado	

6. Mecanismo de Resolução de Queixas/Reclamações (GRM)

O Projecto terá seu próprio GRM para considerar e abordar as queixas trazidas à atenção do Coordenador Projecto. Será desenvolvido um formulário para registar as reclamações/queixas (ou adaptado de um GRM existente) e usado durante a implementação do projecto. Haverá procedimentos específicos desenvolvidos para tratar de reclamações relacionadas à violência baseada no gênero (VBG). Um GRM separado será desenvolvido pelo Projecto para tratar das queixas dos trabalhadores (de acordo com a legislação trabalhista nacional).

Serão seguidos sete passos no processo de apresentação e resolução de queixas.

6.1 Passo 1—Receber e registar a reclamação

Todas as partes interessadas do projecto poderão comunicar suas queixas por meio de diversos canais de aceitação (por escrito, por telefone, e-mail, carta, por meio de líderes tradicionais da comunidade, etc.). Independentemente de como as queixas são comunicadas, a equipe do projecto deve garantir que todas as queixas sejam bem registadas e inseridas em um banco de dados para acompanhamento, monitoramento e relatórios.

6.2 Passo 2 - Reconhecer, avaliar e atribuir

Reconhecendo o recebimento da queixa. Os membros da equipe do projecto que receberem a reclamação, ou um escritório local, fornecerão uma comunicação oportuna ao denunciante de que sua queixa foi recebida, serão registadas e revisadas para elegibilidade e, se elegíveis, gerarão uma resposta organizacional inicial. O reconhecimento inicial deve ocorrer normalmente dentro de 3 a 5 dias após o recebimento.

6.3 Passo 3 —Desenvolver uma resposta proposta

GRMstipicamente geram três tipos de resposta a queixas/reclamações:

- Ação direta para resolver a reclamação.
- Avaliação e envolvimento adicional com o reclamante e outras partes interessadas para determinar conjuntamente a melhor maneira de resolver a reclamação.
- Determinação de que a reclamação não é elegível para o GRM, porque não atende aos critérios básicos de elegibilidade, ou porque outro mecanismo (dentro ou fora da organização, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar.

6.4 Passo 4 - Comunicar a resposta proposta ao reclamante e buscar um acordo sobre a resposta

O GRM é responsável por comunicar a resposta proposta ao queixoso atempadamente, por escrito e utilizando uma linguagem facilmente acessível ao autor da denúncia.

6.5 S Passo 5 -Implementar a resposta para resolver a queixa

Quando houver um acordo entre um reclamante e a equipe GRM para avançar com a ação proposta ou processo de partes interessadas, uma resposta (quando possível, com resolução) deve ser fornecida dentro de um mês.

6.6 Passo 6 -Rever a resposta se não for bem-sucedida

Como mencionado acima, em alguns casos pode não ser possível fornecer ao reclamante uma resposta satisfatória. Em alguns casos, os esforços de boa fé podem não conseguir resolver as queixas. Em tais situações, a equipe do GRM deve rever a resposta com o reclamante e explorar se uma modificação na resposta pode atender às preocupações do reclamante.

6.7 Passo 7-Fechar ou encaminhar a reclamação

O passo final é fechar a queixa. Se a resposta foi satisfatória, o pessoal do GRM deve documentar a resolução satisfatória. Documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta deve ser obtida.

7. Monitorização e Relatórios

7.1. Envolvimento de partes interessadas nas actividades de monitorização

Será elaborado um relatório mensal para a implementação do SEP e serão monitorados os principais indicadores pela equipada UAIP.

Reuniões de partes interessadas bimensais serão convocadas para discutir e revisar os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas. As partes interessadas (pessoas afetadas e interessadas) terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de consulta do projecto e o que deve ser mudado no processo de implementação do SEP, de modo a torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de envolvimento das partes interessadas (especialmente os principais indicadores e actividades do SEP) e recomendará melhorias.

7.2. Reportando de volta às partes interessadas

O objetivo de um plano de envolvimento das partes interessadas é dar oportunidade para que as partes interessadas e afetadas do projecto expressem suas opiniões, interesses e preocupações sobre o projecto, garantindo que os benefícios do projecto se acumulem para os membros da comunidade. É obrigatório que a UAIP, através dos canais de comunicação existentes, reporte aos interessados, mostrando como as contribuições e preocupações das partes interessadas foram abordadas, bem como as que não foram incluídas e por quê. Se as partes interessadas não estiverem satisfeitas, elas podem usar o GRM para apresentar queixas relacionadas aos impactos do projecto ou, na verdade, o processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projecto.

Anexo 1 - Stakeholders Institucionais Identificados

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República	Alto	Alto	Apoio	TF: Alta Direcção e coordenação da Comissão técnica multisectorial (MASFAMU, MAT(FAS), e MINFIN) M: Relatórios, reuniões e encontros de coordenação.
Ministério das Finanças (MINFIN)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação do projecto, reforma dos subsídios M: Relatórios, reuniões e encontros de coordenação, planos de comunicação e linhas estratégicas
Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e comunicação institucional e operacional do projecto. M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Ministério da Administração do Território (MAT)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação M: Relatórios, reuniões
Fundo de Apoio Social (FAS)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto. M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Banco Mundial	Alto	Alto	Apoio	TF: Normatização; Captação de Fundos. M: Relatórios, reuniões
Bancos comerciais	Alto	Alto	Apoio	TF: Pagamentos aos beneficiários M: Relatórios, encontros de coordenação
Agências de cadastramento	Alto	Alto	Apoio	TF: Registro, inscrição dos beneficiários M: Relatórios, encontros de coordenação
ADECOS	Alto	Alto	Apoio	TF: Trabalho comunitário, sensibilização, acompanhamento das famílias M: Encontros, capacitação, grupos focais
Ministério da Economia e Planeamento (MEP)	Medio	Baixo	Apoio	TF: Avaliação do impacto, plano de desenvolvimento nacional, monitoria e avaliação M: Relatórios, encontros, dados
Instituto Nacional de Estatística (INE)	Alto	Alto	Apoio	TF: Registro, mapas de pobreza M: Encontros, workshops
Ministério da Justiça e Direitos Humanos (MINJUSDH)	Alto	Medio	Apoio	TF: Bilhetes de identidade M: Encontros de coordenação

Ministério da Administração pública, Trabalho E Segurança Social (MAPTSS)	Alto	Baixo	Apoio	TF: Trabalho, proteção social M: Encontros, relatórios
Ministério da Saúde (MINSa)	Medio	Alto	Apoio	TF: Serviços e campanhas de saúde M: Encontros de coordenação
Ministério da Educação (MED)	Alto	Alto	Apoio	TF: Serviços educativos M: Encontros de coordenação
Ministério da Cultura (MINCULT)	Alto	Medio	Apoio	TF: Coordenação nas áreas do património cultural, da criação artística e literária da acção cultural da investigação científica no domínio da história das línguas nacionais e da cultura M: Encontros de coordenação
Ministério do Ambiente (MINAMB)	Alto	Baixo	Apoio	TF: Protecção, preservação e conservação da qualidade ambiental, controlo da poluição, áreas de conservação e valorização do património natural M: Relatórios, workshops
Ministério da Comunicação Social (MCS)	Alto	Alto	Apoio	TF: Comunicação institucional e estratégica do programa e da reforma dos subsídios. M: Encontros de coordenação, planos de comunicação estratégica, estratégias de comunicação, relatórios, workshops
Ministério da Energia e Águas (MINEA)	Alto	Medio	Apoio	TF: Reforma dos subsídios a energia e águas, nível do benefício das transferências monetárias, beneficiários do programa, estratégia de comunicação M: Encontros de coordenação, planos de comunicação estratégica, estratégias de comunicação, relatórios, workshops.
Ministério dos Transportes (MINTRANS)	Alto	Medio	Apoio	TF: Reforma dos subsídios dos transportes, nível do benefício das transferências monetárias, beneficiários do programa, estratégia de comunicação M: Encontros de coordenação, planos de comunicação estratégica, estratégias de comunicação, relatórios, workshops.
Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos (MIREMPET)	Alto	Medio	Apoio	TF: Reforma dos subsídios aos combustíveis, nível do benefício das transferências monetárias, beneficiários do programa, estratégia de comunicação M: Encontros de coordenação, planos de comunicação estratégica, estratégias de comunicação, relatórios, workshops.
Ministério da Defesa Nacional (MINDEN)	Baixo	Baixo	Apoio	TF: Segurança das populações M: relatórios
Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF)	Alto	Baixo	Apoio	TF: Áreas de intervenção zonas rurais, inclusão produtiva M: Encontros de coordenação, relatórios

Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI)	Medio	Baixo	Apoio	TF: Comunicação, serviços de telefonia e internet, pagos moveis M: Encontros de coordenação, relatórios
Ministério do Interior (MININT)	Medio	Medio	Apoio	TF: segurança interna, defesa dos direitos e garantias constitucionais dos cidadãos; M: Encontros de coordenação, relatórios
Governos provinciais	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Gabinete Provincial de Accção social e igualdade de género	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, mulheres, violência baseada no género, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Direcções provinciais do FAS	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação, ADECOS M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Administrações municipais	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva (selecção das actividades em conjunto com os beneficiários), CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Adm. Comunais / distritais	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Comissão de moradores	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação
Autoridades tradicionais (sobas)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Coordenação, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIS, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação
Aut. Minorias étnicas (khoisan)	Alto	Alto	Apoio /Oposição	TF: Beneficiários do projecto

				M: Reuniões
Comunicação Social				
Meios de comunicação social		Alto	Apoio/Oposição	TF: Experiências de outros países, comunicação estratégica do programa e a reforma dos subsídios. M: Café de Ideias, workshops, relatórios.
Fazedores de opinião		Alto	Apoio /Oposição	TF: Experiências de outros países, comunicação estratégica do programa e a reforma dos subsídios. M: Café de Ideias, workshops, relatórios.
Sector Privado				
Cooperativas	Medio	Medio	Apoio	
Empresas de telefonia móvel	Alto	Baixo	Apoio	TF: Comunicação, pagos móveis M: Relatórios, encontros de coordenação
ONGS				
ADPP	Alto	Alto	Apoio	TF: registo e inscrição dos beneficiários, actividades complementares, impacto do projecto. M: Workshops, reuniões de coordenação, materiais de Comunicacao, capacitação
World Vision	Alto	Alto	Apoio	TF: registo e inscrição dos beneficiários, actividades complementares, impacto do projecto. M: Workshops, reuniões de coordenação, materiais de Comunicacao, capacitação
Adventist Development and Relief Agency (ADRA)	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Transferências monetárias e seleção dos beneficiários. M: Encontros, relatórios
Federação Luterana Mundial	Medio	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Transferências monetárias e seleção dos beneficiários. M: Encontros, relatórios
Médicos del Mundo	Baixo	Baixo	Apoio	TF: Direitos sexuais e reprodutivos, saúde, violência baseada no género M: Reuniões de coordenação.
Associação Observatório de Políticas Públicas na Perspectiva de Género (ASSOGE)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Direitos sexuais e reprodutivos, saúde, violência baseada no género M: Reuniões de coordenação.
Plataforma Mulheres em Acção (PMA)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Defesa e a proteção dos direitos da mulher M: Reuniões de coordenação.
Forum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Defesa e a proteção dos direitos da mulher M: Reuniões de coordenação.
Associação construindo comunidades (ACC)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Direitos Humanos M: Reuniões de coordenação.

Federação Angolana das Pessoas com Deficiência (FAPED)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Famílias beneficiárias com pessoas com deficiência M: Reuniões de coordenação.
Associação de Empregadas Domésticas de Angola (AEDA)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	TF: Defesa e a proteção dos direitos da mulher M: Reuniões e relatórios.
Organizações das Nações Unidas				
United Nations Children's Fund (UNICEF)	Alto	Medio	Apoio	TF: Protecção da criança, saúde materno-infantil M: Reuniões de coordenação.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Baixo	Baixo	Apoio	TF: Protecção aos direitos humanos e o empoderamento das mulheres, das minorias e dos mais pobres e vulneráveis. M: Reuniões de coordenação
Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)	Baixo	Baixo	Apoio	TF: Saúde reprodutiva e direitos M: Reuniões de coordenação
United States Agency for International Development (USAID)	Baixo	Baixo	Apoio	TF: prestação de serviços sociais. M: Reuniões de coordenação
Sociedade Civil				
OSISA - Fundação Open Society	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Democracia e Governança, Direitos humanos, Estado de direito e acesso, direitos das mulheres M: Reuniões
DW - Development Workshop Angola	Baixo	Baixo	Apoio /oposição	TF: Vozes de Cidadãos para a mudança urbana, Descentralização e Governança M: Reuniões
Academia				
Centros De Estudos Da Universidade Católica	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Programa das transferências monetárias, a reforma dos subsídios M: Reuniões, workshops, relatórios
ObservatórioPolítico-social De Angola - OPSA	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Programa das transferências monetárias, a reforma dos subsídios M: Reuniões, workshops, relatórios
Igrejas				
Conselho de igrejas cristas de angola	Alto	Medio	Apoio/Oposição	TF: Programa das transferências monetárias, CASIS, inclusão produtiva M: Reuniões, relatórios
Igrejas em geral	Alto	Medio	Apoio/Oposição	TF: Programa das transferências monetárias, CASIS, inclusão produtiva M: Reuniões, relatórios
Beneficiários	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registro e seleção dos beneficiários, monto, duração e

				frequência do pagamento das transferências monetárias, CASIS, inclusão produtiva M: campanhas de comunicações, informações e educação do projecto, materiais de comunicação.
--	--	--	--	--

Anexo2–Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP)

Objetivos	Partes interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
Fase inicial do projecto					
1 Apresentar o Projecto de Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) para envolver as partes interessadas na sua finalização	Agências governamentais, Unidade de Apoio à Implementação do Projecto (YAIP) /; representantes da sociedade civil, grupos comunitários representantes, grupos de mulheres; Representantes do governo municipal	a) Apresentar resumo das medidas relevantes e ações para mitigar os riscos ambientais e sociais potenciais do projecto e Impactos do Projecto; Prazo; Responsabilidade / autoridade e recursos / Financiamento comprometido e Data de Conclusão. b) Apresente do Projecto (Identificação das partes interessadas, e métodos de comunicação)	reuniões / consultas públicas e / ou reuniões individuais.	Antes do início do projecto Uma reunião pública e reuniões individuais organizadas para discutir ESCP e setembro	MASFAMU, FAS / AUIP
2 Apresentar rascunhos e obter entradas dos seguintes instrumentos das partes interessadas: Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF), Avaliação de Risco de Violência Baseada no Género (GBV) e plano de acção; Quadro de Planeamento para Grupos Vulneráveis (VGPF); Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP); Procedimentos de Gestão de Mão-de-	Agências governamentais, Unidade de Implementação do Projecto (UAIP) /; representantes da sociedade civil, grupos comunitários representantes, grupos de mulheres; Representantes do governo municipal	a) Apresentar o Projecto - objetivos, justificativa, componentes, benefícios e beneficiários, mecanismos de implementação. b) programação de implementação indicativo e período, os contactos do projecto, c) impactes ambientais e sociais potenciais; medidas de mitigação; d) Descrever Mecanismo de queixas e reclamações (GRM)	reuniões / consultas públicas e / ou reuniões individuais e ou discussões em grupos focais	Antes do início do projecto	MASFAMU, FAS / AUIP

Objetivos	Partes Interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
Obra (LMP), se for preciso					
3 Divulgar os documentos finalizados do ESMF, ESCP, VGPF, LMP e Plano de Acção VBG, se for preciso	MASFAMU, MAT/FAS, entidades governamentais líderes comunitários/ administrações locais e provinciais, acadêmicos / ONGs grupos de mulheres, sociedade civil, Banco Mundial.	mensagem de e-mail para aconselhar as partes interessadas da divulgação e onde ter acesso aos documentos divulgados. Anúncio no Diário locais	Faça o upload em sites de agências governamentais, incluindo MASFAMU; WB e outros. cópias em lugares localmente acessíveis. E-mail cópias para indivíduos e organizações chave.	Único e re-divulgar sempre que houver alguma revisão significativa	MASFAMU FAS / AUIP
4 ESMP do contratante	Contratante; FAS/AUIP, MASFAMU, WB	Rever e avaliar a suficiência da ESMP dos contratantes.	Troca por e-mail	Em curso até ESMP do contratante é considerado aceitável.	MASFAMU FAS / AUIP
Transferências monetárias: Registro, inscrição e pagamentos aos beneficiários.					
5 Oprojecto de transferência de dinheiro	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, agência de cadastramento de pagamentos, ONGs Acadêmicos, grupos de mulheres, sociedade civil	Componentes do projecto: focalização, benefícios, sistemas de entrega	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social folhetos informativos	Lançamento do projecto, várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	MASFAMU
6 Processos operacionais do projecto de transferência de dinheiro	Comunidades e governos locais, agência de cadastramento de pagamentos, ONGs, ADECOS, beneficiários	Processos de projecto: sistemas de registro, inscrição, pagamentos, mecanismo de queixas e reclamações	Reuniões, sensibilização nas comunidades folhetos informativos	Lançamento do projecto, várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	MASFAMU FAS/AUIP
16 Resolver queixas recebidas pelo projecto	GRM / Comitê de AUIP	Para lidar com queixas referidas a Comissão / AUIP	Linha verde, reuniões	Conforme necessário (como por GRM)	AUIP / Comissão

Desenvolvimento de um sistema eficaz de redes de segurança: Inclusão produtiva e capital humano.					
O projecto de inclusão produtiva	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, ONGs, ADECOS, beneficiários	Informações gerais sobre o projecto de inclusão produtiva	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social folhetos informativos	Lançamento do projecto, várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	FAS
17 CASIS, serviços e programas para as populações vulneráveis	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, ONGs, ADECOS, académicos, sociedade civil	Informações gerais sobre os CASIS	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social folhetos informativos	Frequentemente	MASFAMU